

**ATO DECLARATÓRIO Nº 11.396,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010**

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. LUIGI MARIANI FILHO, C.P.F. Nº 312.010.138-95, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

**ATO DECLARATÓRIO Nº 11.397,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010**

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza a WWI ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA, C.N.P.J. Nº 12.633.783, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

**ATO DECLARATÓRIO Nº 11.398,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010**

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM Nº 158, de 21/07/93, autoriza a SPX GESTÃO DE RECURSOS LTDA, C.N.P.J. Nº 12.330.774, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM Nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA DE AUTORIZAÇÕES****PORTARIA DIRAT Nº 16, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010**

O DIRETOR DE AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria SUSEP nº 3.378, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 10 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.001594/2010-61, resolve:

Art. 1º Cadastrar R+V VERSICHERUNG AG, sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Alemanha, como ressegurador eventual, nos termos do artigo 2º, inciso VII, da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007, para atuar nos ramos de danos e pessoas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO MATOS CHAIM

**COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E
AUTORIZAÇÕES****PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 1.163, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010**

O COORDENADOR GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES - CGRAT, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria/DIRAT nº 1, de 21 de janeiro de 2010, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.003487/2010-78, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas, respectivamente, pelos conselheiros e acionistas de CAPEMISA SEGURODORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 08.602.745/0001-32, com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que, em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária, realizadas em 20 de setembro de 2010, aprovaram, em especial, a alteração do artigo 18 do Estatuto Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DE SOUSA BELTRÃO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 1.164, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010

O COORDENADOR GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES - CGRAT, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria SUSEP/DIRAT nº 1, de 21 de janeiro de 2010, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.003282/2010-92, resolve:

Art.1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas de CRÉDITO Y CAUCIÓN SEGURODORA DE CRÉDITO E GARANTIAS S.A., CNPJ nº 08.587.950/0001-76, com sede social na cidade de São Paulo - SP, que, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de agosto de 2010, aprovaram, em especial, a reforma e a consolidação do Estatuto Social.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DE SOUSA BELTRÃO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 1.165, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010

O COORDENADOR GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES - CGRAT, no uso da competência subdelegada pelo Diretor de Autorizações da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria SUSEP/DIRAT nº 1, de 21 de janeiro de 2010, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos SUSEP nºs 15414.001399/2010-31, 15414.001707/2010-29 e 15414.002881/2010-99, resolve:

Art.1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, CNPJ nº 33.041.062/0001-09, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que, nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 22 de abril de 2010 e 23 de julho de 2010 e na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2010, aprovaram, em especial a reforma e a consolidação do estatuto social.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DE SOUSA BELTRÃO

Ministério da Integração Nacional**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS
CONTRA AS SECAS****PORTARIA Nº 442, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010**

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Estabelecer os critérios e procedimentos específicos das avaliações de desempenho institucional e individual, para os fins de aferição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, instituída pela Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, para os servidores ativos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, observando as disposições contidas no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 22 seguinte, e as orientações estabelecidas nesta Portaria.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Para efeito de aplicação do disposto nesta Portaria, ficam definidos os seguintes termos:

I - avaliação de desempenho: monitoramento sistemático e contínuo da atuação individual do servidor e institucional dos órgãos e das entidades de lotação dos servidores integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, tendo como referência as metas globais e intermediárias destas unidades;

II - unidade de avaliação: o órgão ou a entidade como um todo, um subconjunto de unidades administrativas de um órgão ou entidade que execute atividades de mesma natureza, ou uma unidade isolada;

III - equipe de trabalho: conjunto de servidores que faça jus à Gratificação de Desempenho de que trata o art. 1º, em exercício na mesma unidade de avaliação;

IV - ciclo de avaliação: período de doze meses considerado para realização da avaliação de desempenho individual e institucional, com vistas a aferir o desempenho dos servidores alcançados pelo art. 1º e do órgão ou da entidade em que se encontre em exercício.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o primeiro ciclo de avaliação terá duração de 3 (três) meses, com início em 21 novembro de 2010, e encerramento em 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º valores referentes à gratificação de desempenho referida no art. 1º serão atribuídos aos servidores que a ela fazem jus em função dos resultados dos desempenhos individual e institucional dessa Autarquia.

§ 1º A gratificação de desempenho regulamentada por esta portaria será paga observado o limite máximo de cem pontos e o mínimo de trinta pontos por servidor, respeitada a seguinte distribuição:

I - até vinte pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até oitenta pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

§ 2º A pontuação aferida será multiplicada pelo valor do ponto constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 4º São consideradas unidades de avaliação as seguintes unidades organizacionais do DNOCS:

I - Gabinete do Diretor Geral;

II - Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica;

III - Auditoria Interna;

IV - Procuradoria Federal;

V - Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção;

VI - Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica;

VII - Diretoria Administrativa;

VIII - Coordenadorias Estaduais.

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

Art. 5º Compete à Coordenação de Recursos Humanos - CRH o planejamento e a coordenação das ações de avaliação de desempenho individual, supervisionando a aplicação das normas e dos procedimentos para efeito de pagamento da GDPGPE.

§ 1º Na avaliação de desempenho individual serão considerados os seguintes fatores com os seus respectivos pesos constantes no Formulário de Avaliação de Desempenho Individual - Anexo II:

I - produtividade no trabalho: capacidade de planejar e organizar, de acordo com a complexidade, metas, prioridades e prazos estabelecidos, produzindo mais em menor espaço de tempo e com menor quantidade de recurso, com base em padrões previamente estabelecidos de qualidade e economicidade (Peso 6);

II - conhecimento de métodos e técnicas: capacidade de assimilar o conhecimento das metodologias necessárias para o desenvolvimento das atribuições na equipe de trabalho (Peso 5);

III - trabalho em equipe: capacidade de se colocar à disposição da equipe de trabalho, proativamente, contribuindo para o crescimento profissional da unidade, sendo flexível a críticas, valores, percepções diferentes, ideias divergentes ou inovadoras, tendo uma postura respeitosa em relação aos demais servidores (Peso 6);

IV - comprometimento com o trabalho: capacidade de envolvimento com as atividades pelas quais é responsável, demonstrando interesse em contribuir efetivamente para obtenção de resultados e para o cumprimento dos objetivos institucionais da equipe de trabalho (Peso 4);

V - cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo: capacidade de trabalhar com pontualidade, disciplina e responsabilidade em face das tarefas assumidas, cumprindo as normas gerais da estrutura e funcionamento da Administração Pública e demonstrando postura orientada pelos princípios éticos desta (Peso 4).

§ 2º No primeiro ciclo de avaliação, os servidores ocupantes ou não de cargos em comissão ou função de confiança serão avaliados na dimensão individual apenas pela chefia imediata. Em caso de impossibilidade desta fazer a avaliação, ela será realizada pela chefia imediatamente superior.

§ 3º Os servidores ocupantes de cargos de Natureza Especial ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional desta Autarquia.

§ 4º Caberá à Coordenação de Recursos Humanos do DNOCS consolidar os conceitos atribuídos ao servidor e dar ciência ao avaliado de todo o processo.

Art. 6º A cada um dos fatores e seus respectivos critérios de avaliação, deverá ser atribuída pontuação conveniente:

I - O servidor nunca apresenta os resultados esperados: 0 ponto.

II - O servidor raramente apresenta os resultados esperados: 1 ponto.

III - O servidor ocasionalmente apresenta os resultados esperados: 2 pontos.

IV - O servidor frequentemente apresenta os resultados esperados: 3 pontos.

V - O servidor sempre apresenta os resultados esperados: 4 pontos.

Art. 7º As avaliações individuais serão processadas por meio de um sistema eletrônico disponível no sítio do DNOCS. O avaliador deverá acessar a opção Avaliação de Desempenho.

Art. 8º Para fins de cálculo dos efeitos financeiros a nota da parcela individual será correlacionada com as faixas definidas no Anexo III.

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Art. 9º A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

§ 1º São consideradas metas globais as metas de desempenho institucional regulamentadas em portaria específica.

§ 2º Compete à Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica - CGPE coordenar, em articulação com as unidades de avaliação, o processo de fixação e apuração das metas institucionais e providenciar, quando couber, a publicação dos atos relativos a essas atividades.

§ 3º As metas globais referentes à avaliação de desempenho institucional poderão ser revistas, a qualquer tempo, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que a entidade não tenha dado causa a tais fatores.

Art. 10 As avaliações de desempenho individual e institucional serão apuradas ao final do ciclo e produzirão efeitos financeiros mensais pelo período de um ano.

§ 1º As avaliações serão processadas no mês subsequente ao término do período avaliativo e gerarão efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do processamento das avaliações.

§ 2º Até que sejam processados os resultados do primeiro ciclo de avaliação de desempenho, as gratificações de desempenho serão pagas no valor correspondente a oitenta pontos, observados os respectivos níveis, classes e padrões (Anexo I).

§ 3º O servidor recém-nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção de gratificação de desempenho, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a oitenta pontos, até que seja processada a avaliação de desempenho individual do próximo ciclo.